

EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 192/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2022
CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2022

O Município de Cataguases (MG), por seu Prefeito Sr. José Henriques, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar **CHAMADA PÚBLICA**, para fins de CREDENCIAMENTO, pelo que dispõe o presente e as condições de sua realização, sendo que o prazo para a entrega da documentação dos mesmos será **das 08:00 às 16:00 h do dia 13 de setembro de 2022**, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal na Galeria Salgado Filho, situado na Rua Major Vieira, 212 Loja (conjunto de salas) nº 03, 1º pavimento, Centro na cidade de Cataguases-MG.

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 11.947/2009, decreto 6319/2007 e resolução CD/FNDE 038/2009

2. DO OBJETO:

2.1. O objeto da presente Chamada Pública consiste na aquisição de produtos alimentícios para composição de kits fornecido aos alunos das escolas da rede municipal, conforme quantitativos e especificações abaixo:

GÊNERO	QUANTIDADE POR SEMANA	QUANTIDADE POR MÊS
Pão doce, sem açúcar, sabores: inhame, cenoura, beterraba. Brócolis, espinafre e batata. Unidade 50 g	Para entrega nas creches de agosto à dezembro. 80 kg por semana	1.200 kg

Disponibilidade do edital: www.cataguases.mg.gov.br (licitações).

3. DA HABILITAÇÃO:

A documentação para habilitação dos participantes são os seguintes:

3.1 Para Grupos Informais de Agricultores Familiares:

- 3.1.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa física (CPF);
- 3.1.2 Cópia do documento de identidade;
- 3.1.3 Comprovante de residência
- 3.1.4 Número do PIS;
- 3.1.5 Cópia da DAP principal, ou estrato da DAP, de cada Agricultor Familiar Participante;
- 3.1.6 Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (anexo III) elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a entidade Articuladora e assinado por todos os Agricultores Familiares participantes.
- 3.1.7 Dados bancários

3.2 Para Grupos Formais de Agricultores Familiares e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações:

- 3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica (CNPJ);
- 3.2.2 Cópia de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP jurídica para associações e cooperativas;
- 3.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- 3.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- 3.2.5 Prova de regularidade para com a receita Federal
- 3.2.6 Prova de Regularidade para com FGTS;
- 3.2.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 3.2.8 Cópia do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica.
- 3.2.9 Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (anexo III).
- 3.2.10 Declaração de ME/EPP/Agricultor Familiar (Anexo IV)
- 3.3. Toda a documentação exigida poderá ser solicitada a critério da Comissão de Licitação em original ou cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por servidor público designado.
- 3.4. Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.
- 3.5. O envelope, contendo a documentação para habilitação, conterà na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE

ENDEREÇAMENTO: À COMISSÃO DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS DO EDITAL
DA CHAMADA PÚBLICA DE CATAGUASES (MG)

REFERENCIA: DOCUMENTAÇÃO – CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2022
PARTICIPANTE: RAZÃO SOCIAL/NOME

4. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO:

4.1. No dia **13/09/2022 de 08:00 às 16:00 h**, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal na Galeria Salgado Filho, situado na Rua Major Vieira, 212 Loja (conjunto de salas) nº 03, 1º pavimento, Centro na cidade de Cataguases-MG, a Comissão fará avaliação e aprovação da documentação;

4.4. Será aprovado o proponente que apresentar a documentação descrita no item 03 em conformidade com os critérios de seleção dos beneficiários do item 5.

5. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

5.1. Para seleção, os projetos de venda habilitadas serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

5.2. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.

II - o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

III - o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

5.3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agro ecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III - os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);

Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 5.1 e 5.2.

5.4. No caso de empate entre grupos formais, terão prioridade organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

5.5. Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

6. DOS RECURSOS, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO:

6.1. Das decisões proferidas pela Comissão, decorrentes do presente, caberão os recursos previstos no art. 109, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2. Uma vez proferido o julgamento pela Comissão e decorrido o tempo hábil para interposição de recursos, ou tendo havido desistência expressa, ou após o julgamento daqueles interpostos, será encaminhado ao Prefeito Municipal para a competente deliberação.

6.3. Da deliberação resultado, o proponente deverá comparecer a Prefeitura Municipal de Cataguases, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o contrato (**Minuta do Contrato Anexo I**), sob pena de decadência desse direito.

6.4. O Contrato terá a vigência a partir da data de sua assinatura.

7. REGIME DE EXECUÇÃO:

A contratada deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, decreto 6319/2007 e resolução CD/FNDE 038/2009.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTES:

8.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 dias úteis do mês seguinte a entrega dos alimentos, e apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável.

8.1.1 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação.

8.1.2 O pagamento será efetuado através cheque nominal ou depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo Contratado.

9. PENALIDADES:

9.1. O proponente, que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Suspensão do direito de contratar junto a Prefeitura Municipal;

c) Declaração de inidoneidade.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas desta solicitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Recurso Vinculado C/C 27.664-2. 2105– Alimentação Escolar – 33.90.30 – Material de Consumo (Ficha 828)

11– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. A Administração recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados pela fiscalização.

11.2. A licitante contratada responderá pelos danos que causar à Administração ou a terceiros na execução do objeto contratado, isentando o Município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

11.3. Não será permitida a subcontratação do objeto da presente edital.

11.4. Outros esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Prefeitura Municipal, nos horários de expediente ou pelo telefone (32) 99940 5331, ou através do site www.cataguases.mg.gov.br.

São partes integrantes do presente Edital:

11.5.1. **ANEXO I** – Minuta do contrato

11.5.2. **ANEXO II** – Termo de referência

11.5.3. **ANEXO III** – Cronograma de entrega

11.5.4. **ANEXO IV** - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA, AGRICULTOR FAMILIAR OU SOCIEDADE COOPERATIVA

Cataguases, 23 de agosto de 2022.

José Henriques
Prefeito de Cataguases

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Que fazem o **MUNICÍPIO DE CATAGUASES**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Praça Santa Rita, 462, Centro, Cataguases (MG), inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.702.499/0001-81, neste ato representado por seu Prefeito Sr. José Henriques, brasileiro, doravante denominado **CONTRATANTE** e _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de _____, na Rua _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, neste ato representado por seu representante legal Sr. _____, brasileiro, casado, gerente comercial, residente e domiciliado na Rua _____, portador da cédula de identidade n.º _____, e CPF n.º _____ doravante denominado **CONTRATADA**, as partes acima qualificadas celebram, entre si, por este instrumento de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA DA REGÊNCIA:

O presente contrato trata-se de um contrato administrativo e rege-se, pelas normas da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tem base no Processo Licitatório nº 192/2022, Dispensa de Licitação nº 040/2022, CHAMADA PÚBLICA n.º 007/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede municipal, descritos nos itens enumerados na Cláusula Sexta, todos de acordo com o Processo Licitatório nº 192/2022, Dispensa de Licitação nº 040/2022, CHAMADA PÚBLICA n.º 007/2022, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante a o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

5.1 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na forma, quantidades e prazos especificados no termo de referência (anexo II).

5.2 Os gêneros alimentícios devem ser acondicionados em embalagens específicas para cada tipo de alimento, as mesmas devem ser atóxicas, apresentando em lugar visível data fabricação/validade (apresentar data de validade de no mínimo 06(seis) meses da data de entrega), quantidade (kg), procedência dos gêneros, as mesmas não devem apresentar ruptura, as embalagens devem estar intactas.

5.3 Os gêneros não perecíveis devem ser entregues no depósito da Alimentação escolar conforme solicitação da Coordenadoria da Alimentação Escolar.

5.4 A responsabilidade pelo fornecimento dos gêneros será da CONTRATADA, a qual se encontra impedida de transferir para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros, este encargo, assim como subcontratar outras pessoas físicas ou jurídicas para executar as obrigações objeto deste instrumento.

5.5 Fica assegurado a Coordenadoria da Alimentação Escolar, o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os itens entregues em desacordo com as especificações exigidas no Edital, ficando a empresa CONTRATADA obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até 30 dias a contar da sua notificação, que ficará a cargo da Coordenadoria da Alimentação Escolar.

5.6 As despesas de frete/embalagem deverão estar inclusas no preço proposto, e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da nota fiscal/fatura.

5.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelo CONTRATANTE.

CLAUSULA SEXTA:

6.1 As especificações dos gêneros definidos no Termo de Referência deverão, obrigatoriamente, serem respeitados;

6.2 Padrão de qualidade e características gerais dos hortifrúticos:

GÊNERO	QUANTIDADE POR SEMANA	QUANTIDADE POR MÊS
Pão doce, sem açúcar, sabores: inhame, cenoura, beterraba. Brócolis, espinafre e batata. Unidade 50 g	Para entrega nas creches de agosto à dezembro. 80 kg por semana	1.200 kg

- 6.2.1 **Hortalças de frutos, de raízes, de tubérculos e mandioca:** tais como; abóbora madura, tomate, cenoura, inhame, mandioca (as hortalças de frutos de raízes, de tubérculos e mandioca deverão proceder de espécies genuínas e sãs e satisfazer as seguintes condições mínimas: serem frescas e sãs ter atingido o grau de evolução completa do tamanho, estarem isentas de materiais terrosos.
- 6.2.2 **Hortalças – verduras:** verdura em estado in natura, tais como: alface, brócolis, cebolinha verde, couve manteiga. Não serão tolerados defeitos graves como podridão, dano profundo, passadas que representem quantidade superior a 2,0% do peso total do produto entregue. As hortalças deverão ser equivalentes as de classificação extra.
- 6.2.3 **Frutas diversas:** destinadas ao consumo in natura, com teores de açúcar e acidez compatíveis com esse fim; banana prata e não serão tolerados defeitos graves como podridão, danos profundos, passadas que representem quantidade superior a 2,0% do peso total do produto entregue.

CLÁUSULA SETIMA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ _____ (___), conforme listagem anexa a seguir:

NOME DO AGRICULTOR FAMILIAR:

CNPJ Nº

DAP Nº

GÊNERO	QUANTIDADE POR SEMANA	QUANTIDADE POR MÊS	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Pão doce, sem açúcar, sabores: inhame, cenoura, beterraba. Brócolis, espinafre e batata. Unidade 50 g	Para entrega nas creches de agosto à dezembro. 80 kg por semana	1.200 kg	R\$ 22,33	R\$ 26.796,00

CLÁUSULA OITAVA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA NONA:

As despesas desta solicitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Recurso Vinculado C/C 27.664-2. 2105– Alimentação Escolar – 33.90.30 – Material de Consumo (Ficha 828)

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA::

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 007/2022 pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/95 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vigésima, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:

A fiscalização do contrato, decorrente da presente licitação, estará a cargo da Coordenadoria de Alimentação Escolar e exercerá rigoroso controle.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:

Fica eleito o Foro da Comarca de Cataguases (MG) para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 3 (três) vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Cataguases, _____ de _____ de 2022.

Jose Henriques

Prefeito Municipal

Luci Mara Guedes Gonçalves

Secretário Municipal de Educação

Rodrigo Webster Esteves

Procurador Geral do Município

ANEXO II

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ADQUIRIDOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR

1 – OBJETO

– Aquisição de produtos alimentícios para a confecção da merenda escolar para os alunos das escolas da rede municipal.

2- JUSTIFICATIVA:

2.1 – A aquisição da referida mercadoria dar-se-á devido à necessidade da manutenção da alimentação nas escolas e creches municipais, faz-se necessário a aquisição de gêneros hortifrutícolas. Os mesmos serão adquiridos através da AGRICULTURA FAMILIAR, de acordo com o artigo 24 da resolução nº 06/2020, que diz: I – Dispensa de licitação, por meio de Chamada Pública, quando das compras da agricultura familiar nos termos do Art. 14 da Lei 11.947/2009 e dos arts. 29 a 49 desta Resolução, sem prejuízo das demais possibilidades de dispensa de licitação previstas na Lei 8.666/1993;

2.2 – Todos nós sabemos que criança com fome não se concentra e, por isso não consegue aprender. Através de 30% da verba enviada pelo FNDE temos a oportunidade não só de oferecer alimentos que supram parte das necessidades nutricionais dos alunos no período que estão na escola, mas também de possibilitar aprendizagem, sabendo que eles estão consumindo alimentos frescos e adquiridos na nossa região.

03 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 – Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na forma, quantidades e prazos especificados neste Termo.

3.2 – Os gêneros alimentícios devem ser acondicionados em embalagens específicas para cada tipo de alimento, as mesmas devem ser atóxicas, apresentando em lugar visível data fabricação/validade (apresentar data de validade de no mínimo 06(seis) meses da data de entrega), quantidade (kg), procedência dos gêneros, as mesmas não devem apresentar ruptura, as embalagens devem estar intactas.

3.3 – os gêneros não perecíveis devem ser entregues no depósito da Alimentação escolar conforme solicitação desta coordenadoria.

3.4 – A responsabilidade pelo fornecimento dos gêneros será da CONTRATADA, a qual se encontra impedida de transferir para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros, este encargo, assim como subcontratar outras pessoas físicas ou jurídicas para executar as obrigações objeto deste instrumento.

3.5 – As especificações dos gêneros definidos neste Termo de Referência deverão, obrigatoriamente, serem respeitados; Padrão de qualidade e características gerais dos ortifrutícolas:

- **Hortaliças de frutos, de raízes, de tubérculos e mandioca:** tais como; abóbora madura, tomate, cenoura, inhame, mandioca (as hortaliças de frutos de raízes, de tubérculos e mandioca deverão proceder de espécies genuínas e sãs e satisfazer as seguintes condições mínimas: serem frescas e sãs ter atingido o grau de evolução completa do tamanho, estarem isentas de materiais terrosos.

- **Hortaliças – verduras:** verdura em estado in natura, tais como: alface, brócolis, cebolinha verde, couve manteiga. Não serão tolerados defeitos graves como podridão, dano profundo, passadas que representem quantidade superior a 2,0% do peso total do produto entregue. As hortaliças deverão ser equivalentes as de classificação extra.

- **Frutas diversas:** destinadas ao consumo in natura, com teores de açúcar e acidez compatíveis com esse fim; banana prata e não serão tolerados defeitos graves como podridão, danos profundos, passadas que representem quantidade superior a 2,0% do peso total do produto entregue.

3.6 Fica assegurado a Coordenadoria da Alimentação Escolar, o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os itens entregues em desacordo com as especificações exigidas no Edital, ficando a empresa CONTRATADA obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até 30 dias a contar da sua notificação, que ficará a cargo da Coordenadoria da Alimentação Escolar.

3.7 As despesas de frete/embalagem deverão estar inclusas no preço proposto, e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da nota fiscal/fatura.

3.8 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelo CONTRATANTE.

4- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1- Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com o prazo estabelecido no Edital.

4.2- A contratante será responsável pela conferência de toda mercadorias e documentação e, também, dar os devidos encaminhamentos para o processamento e pagamento da Nota Fiscal/Fatura.

4.3- Prestar esclarecimentos que se fizerem necessários à contratada.

5- GARANTIA DO OBJETO

5.1 – Os gêneros alimentícios, objeto desta licitação, deverão fazer-se acompanhar da nota fiscal/fatura discriminativa para efetivação de sua entrega, bem como os mesmos devem apresentar data de validade de no mínimo 06 (seis) meses a contar da data de entrega. A CONTRATADA se obriga a fornecer garantia de troca de gênero alimentício vencido ou que estiver de acordo com as especificações contidas no item 3.5 e todos os gêneros devem ser substituídos, em até 30

(trinta) dias após a notificação, sem implicar aumento no preço registrado.

6 – LOCAL DE ENTREGA: as entregas devem ser feitas diretamente nas creches municipais de acordo com as guias de entrega enviadas pela coordenação da Alimentação Escolar.

6.1 – A entrega deverá ser de segunda a quarta feira nos locais determinados pela responsável do setor da Alimentação Escolar e serão entregues da seguinte forma:

GÊNERO	QUANTIDADE POR SEMANA	QUANTIDADE POR MÊS
Pão doce, sem açúcar, sabores: inhame, cenoura, beterraba. Brócolis, espinafre e batata. Unidade 50 g	Para entrega nas creches de agosto à dezembro. 80 kg por semana	1.200 kg

7 – CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA:

7.1 Os gêneros licitados deverão ter entrega imediata e diretamente pelo agricultor familiar nas escolas (inclusive rurais) mediante a solicitação de fornecimento encaminhado pela Coordenadoria da Alimentação Escolar, conforme tabela previamente enviada ao produtor.

7.2 – O pagamento será efetuado conforme solicitação, sempre 15 dias após a entrega dos materiais.

8 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1 As despesas desta solicitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Recurso Vinculado C/C 27.664-2. 2105– Alimentação Escolar – 33.90.30 – Material de Consumo (Ficha 828)

9 – FISCALIZAÇÃO DESTE CONTRATO:

9.1 A fiscalização deste contrato será feita pela coordenadora da Alimentação Escolar Gisele Moura Souza Rodrigues de Sousa.

Sem mais, agradecemos atentamente,

Gisele Moura S.R.Sousa
Coordenador Alimentação Escolar

Valéria Caetano de Souza Torres
Nutricionista – CRN – 0347 – 9ª. Região

Luci Mara Guedes Gonçalves
Secretária de Educação

**RELAÇÃO DE PREÇOS AGRICULTURA FAMILIAR
MARÇO/ABRIL 2022.**

GÊNERO	Panificadora Avenida	COOPAF (Muriaé)	Maria Aparecida Silva Cardoso	Estimativa
Pão doce, sem açúcar, sabores: inhame, cenoura, beterraba. Brócolis, espinafre e batata. Unidade 50 g	20,00	29,00	18,00	22,33333

CRONOGRAMA DE ENTREGA

ANEXOIII

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Identificação da proposta de atendimento ao edital/chamada pública nº 007/2022

I-IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES

A-Grupo Formal

1.Nome Proponente	2.CNPJ	3.Endereço	4.Município	5.CEP	6.Nome do representante legal	7.CPF	8.DDD/Fone	9.Banco	10.Nºda Agência	11.Nº da Conta Corrente

B-Grupo Informal

1.Nome do Proponente	3.Endereço	4.Município	5.CEP	6.Nome da Entidade Articuladora	7.CPF	8.DDD/Fone

C-Fornecedores participantes(Grupo Formal e Informal)

1.Nome	2.CPF	3.DAP	4.Nº da Agência	5.Nº da Conta Corrente

II-IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

1.Nome da Entidade	2.CNPJ	3.Município	4.Endereço	5.DDD/Fone	6.Nome do representante e e-mail	7.CPF

III-RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS

1.Nome do Agricultor Familiar	2.Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6.Valor Total

1 Total agricultor	2 Total agricultor	3 Total agricultor	4 Total agricultor	5 Total agricultor	6 Total agricultor	7 Total agricultor	8 Total agricultor	9 Total agricultor	10 Total agricultor	Total Do projeto

IV-TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

1.Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto	Total do projeto:

IV – DESCREVER OS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS DOS PRODUTOS:

V-CARACTERÍSTICAS DO FORNECEDOR PROPONENTE (breve histórico, número de sócios, missão, área de abrangência)

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Fone/E-mail:

Local e Data:

Assinatura do Representante do Grupo Formal

CPF:

Agricultores Fornecedores do Grupo Informal

Assinatura

Local e Data

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA, AGRICULTOR FAMILIAR OU SOCIEDADE COOPERATIVA

OBSERVAÇÕES: Este modelo deverá ser copiado na forma e na íntegra, em papel timbrado da Empresa.

REF: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 192/2022
CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2022

À
Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura do Município de Cataguases

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nºDECLARA, para fins do disposto no § 2º do Decreto nº 10.273 de 13 de março de 2020, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa, o que o tornará apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006

.....
(data)

.....
(assinatura do representante legal)